



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussolleti
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano
Volcan Agostini
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:
Editora da UFPel, 2015/2016.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra editada e publicada em dezembro de 2017**

volume
21
Dez 2015
ISSN 1519-2685

volume
22
Dez 2016
ISSN 1519-2685

ICH - UFPEL

A ALVORADA
HISTORIOGRAFIA
MUSEU NACIONAL
PELOTENSE
ARQUEOLOGIA
MUSEU
MÉDIEVO
DIÁRIOS
CRÔNICAS
LIVROS DIDÁTICOS
ESTADO
LAZER
FONTES HISTÓRICAS
CARTAS
JOINVILLE
INTERNET
HISTÓRIA CULTURAL
O EXEMPLO
ESCRITA
EDUCAÇÃO
NEGROS
HARTOG
SAMBAQUI
BIBLIOTECA NACIONAL
JORNAL
METODOLOGIA

**História em**
revista do núcleo de documentação histórica **revista**



A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FONTES HISTÓRICAS A PARTIR DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL E O ESTUDO DE CARTAS

THE EVOLUTION OF THE CONCEPT TO HISTORICAL SOURCES FROM THE NEW CULTURAL HISTORY AND LETTERS STUDIES

Gustavo Figueira Andrade¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo: Este artigo busca compreender e discutir a evolução do conceito de fontes a partir da ampliação teórico-metodológica ocorrida com a Escola dos Annales, focando principalmente as transformações acontecidas a partir da década de 1980 do século XX com o surgimento da Nova História Cultural e as inovações ocorridas na historiografia, dentre elas a Nova História Política. São discutidos aspectos diversos, incluindo as abordagens teóricas desenvolvidas pela historiografia para compreender como a utilização de cartas como fontes históricas ganham destaque e como são pensadas pela historiografia recente. Busca-se, portanto, inserir o estudo sobre cartas num contexto mais amplo de transformações que orientam a abordagem do historiador sobre estas fontes.

Palavras-Chave: Fontes Históricas, Nova História Política, Cartas.

Pensar o objetivo deste artigo a partir das reflexões teóricas desenvolvidas remeteu necessidade de compreender os temas que possam vir a ser apropriados na construção do problema para a elaboração de uma dissertação de mestrado e uma ampliação do conhecimento, uma necessidade premente da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, cabe ressaltar que este artigo está vinculado ao projeto “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais do século XIX e início do século XX”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, estando ainda integrado ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM “História Platina: sociedade, poder e instituições” e ao Comitê “História, Regiões e Fronteiras” da Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM). Do mesmo modo, este também faz referência às investigações de Mestrado desenvolvidas pelo autor na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), Bolsista CAPES/DS. figueirandrade@bol.com.br

² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e Coordenadora do PPGH-UFSM. Orientadora. mmpadoin@gmail.com

UFSM), sendo orientado pela Prof.a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

O século XIX e busca pela inovação dentro da ciência histórica.

O entendimento sobre fontes históricas nem sempre foi o mesmo, e trabalhar com cartas na atualidade tem constituído verdadeiro desafio ao historiador. A complexidade do assunto segundo Ângela de Castro Gomes, “é cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, bibliografias, autobiografias, independentemente de serem memórias, entrevistas de história de vida por exemplo” (2004, p. 3). Outro fator que remete à dificuldade cada vez maior de se trabalhar com cartas enquanto fonte histórica deve-se ao fato de sua disponibilidade ter permanecido por muito tempo restrita a arquivos privados, entendidos segundo Heloísa Bellotto enquanto “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional, e a produção política” (BELLOTTO, 2004, p. 256), política nos quais além de uma seletividade do que deve ser preservado, no caso de homens públicos, as correspondências geralmente são guardadas por evoluírem uma relação com as atividades políticas e pelo seu valor probatório. Estas questões fazem parte de um contexto mais profundo, principalmente no que diz respeito ao fato de que por muito tempo essa fonte foi desconsiderada para a produção do conhecimento histórico enquanto tal. Desse modo, a questão que será abordada a seguir se buscará abranger o problema da concepção que se tinha de fonte histórica e as renovações que permitiram a utilização das cartas enquanto fonte.

As proposições para a renovação da História, seus métodos, por conseguinte provocando mudanças na relação com as fontes, vinha sendo desenvolvida desde o século XIX entre importantes historiadores. Alguns exemplos como Henri Pirre, que reivindicava uma a necessidade de se formular novos problemas e o alargamento das perspectivas da historiografia (BARROS, 2012, p.109). O historiador Alemão Johann Gustav Droysen, por exemplo, pregava a necessidade de se observar o individual, a necessidade de se formular métodos para estudar a subjetividade, e para se chegar a esses métodos, prescindia de uma combinação de várias pessoas que ocupassem diferentes tarefas (ASSIS, 2015, p.126).

No âmbito da importância cultural, se destacam Jacob Burckhardt, já trabalhava com a história da cultura grega (FERNANDES, 2015, p. 166-185). Outro historiador era Karl Lamprecht, defendia que a história não era apenas política, mas para que sua totalidade fosse apreendida, deveria também ser entendida pelo viés da cultura (DUARTE, 2015, p.44). A citação de alguns

destes historiadores manifesta as constantes transformações e busca pela inovação dentro da ciência histórica e como precursora das inovações trazidas e aperfeiçoadas pelas transformações trazidas pela Escola dos Annales e principalmente a partir da década de 1980.

Embora para a Escola Metódica, a utilização das fontes fosse condicionada a determinados procedimentos metodológicos nos quais eram priorizados a crítica interna e externa do documento, a autenticidade dos documentos, uma preocupação em reconstruir o passado a partir de documentos oficiais (PINSKY, 2014, p.10), (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p.93-101), as inovações eram no sentido de uma separação da literatura e da filosofia e a afirmação da ciência histórica. No entanto, proposição de renovações dentro da História tem sequência a partir da contribuição dos historicistas, como a da necessidade de a história recorrer a interdisciplinaridade para construir uma história da totalidade (PINSKY, 2014, p.12).

Nesse sentido, o que iremos desenvolver a seguir, deve partir da compreensão que as renovações historiográficas e a proposição da ampliação de fontes não foram tarefas exclusivas dos Annales, podendo-se falar de um amadurecimento de ideias que vinham sendo planteadas por diversas gerações de historiadores e que levaram à renovação teórico-metodológica com novos enfoques na pesquisa histórica, pois segundo Christopher Hill, “(...) cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras” (2001, p.33).

Os Annales: novos paradigmas e o alargamento do conceito de fontes históricas

A partir da organização da Escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, o “pensamento histórico desenvolvido rompeu com as amarras conceituais e metodológicas herdadas da historiografia oitocentista” (AVELAR e LOPES, 2013, p. 182), e desta forma vindo a revolucionar a historiografia recente (BENTIVOGLIO, 2013, p. 214). No entanto, é com o surgimento dos Annales em 1930, no bojo das transformações pretendidas, entre elas, a história passar a ser entendida na longa duração, o foco dos estudos históricos passou a ser a economia e sociologia, psicologia coletiva, propondo uma interdisciplinaridade, rompendo com a história política tradicional a qual julgavam superficial (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 114) vindo também a propor uma história problema (JANOTTI, 2014, p. 12).

Alguns debates contemporâneo que envolvem os Annales podem ser analisadas a partir de Carlos Rojas (2000) na qual o autor expõe três principais críticas realizadas. O primeiro debate diz respeito à interdisciplinaridade como elemento capaz de fazer a história perder suas características específicas no contato com outras disciplinas (DOSSE, 2001), denunciandoas tentativas de supremacia de uma ciência social sobre a outra, “crítica deste parcelamento positivista do saber, e, portanto, à reivindicação de um saber geral unitário, constituído sempre do ponto de vista da totalidade” (ROJAS, 2000, p.185).

O segundo debate diz respeito à relação entre Annales e Marxismo e as visões marxistas de história, de um lado a crítica marxista de que os Annales haviam começado como uma história socialista, teria se desvirtuado, e após a II Guerra Mundial passado a sintonizar com o liberalismo clássico, criticam a postura ambígua desta escola. Por outro lado, as críticas tanto de Bloch quanto Febvre, ao mesmo tempo em que destacaram a importância de Marx, criticaram o reducionismo ao econômico e o materialismo histórico. Segundo Rojas (2000, p.190), existiam diversas similaridades entre o marxismo e Annales, como por exemplo, “inaugurar a história econômica, defenderam o caráter global da história e a elaboração de um moderno discurso histórico científico”.

O cerne do terceiro debate, e aqui o mais importante onde pretendia-se chegar, diz respeito à uma análise global das contribuições da Escola dos Annales para o avanço da história e da historiografia mundial. Para Rojas (2000, p. 192),

(...) a corrente dos Annales foi, praticamente ao longo de toda sua existência especialmente prolífica na abertura e descobrimento de novos temas e problemas de investigação histórica, que foi incorporando de maneira contínua para ampliar e dilatar de um modo impressionante os territórios e métodos históricos.

Dentro destas inovações, divisão dos Annales por paradigmas metodológicos teriam gerado um quarto motivo de polêmica sobre esta escola, de acordo com Rojas, diz respeito às explicações acerca do desenvolvimento interno da Escola (2000, p. 195).

As renovações acontecidas na chamada 3ª geração dos Annales, rompe com a tradição teórica desenvolvida no interior da Escola até 1968, passando a renunciar as preocupações teóricas, que só vem a ser retomado no pós-1989 (ROJAS, 2000, p. 196), passando a se reunir entorno da abordagem de uma história das mentalidades. A acusação era a de que ao se dedicar ao estudo “especializado e fragmentado de temas excessivamente limitados” causaram uma fragmentação excessiva da história (p.220,250). É a história das mentalidades que será uma dos elementos que dará impulso para a transição à

geração que se estabelece posteriormente.

Com o surgimento do que o autor chama 4ª Geração dos Annales, uma Nova História Cultural, onde ocorre um retorno à preocupação com a teoria. O termo “nova”, realiza uma diferenciação da *nouvelle histoire*, como ficou conhecida a geração anterior. O termo “cultura” procura uma diferenciação da história intelectual, colocando em evidência as mentalidades (BURKE, 2005, p. 69).

As mudanças no contexto global ocorridas após 1989 trouxeram reflexos para todas as áreas do conhecimento, inclusive para a história (ROJAS, 2000, p. 225). Dentre as diversas transformações “são trazidos de volta os antigos paradigmas fundadores dos Annales, uma reaproximação das discussões teóricas e metodológicas, o papel da interdisciplinaridade e da narrativa” (2000, p.268). O autor vai mais além ao asseverar que os Annales encontram-se numa encruzilhada, as mudanças no contexto internacional, a volta do marxismo crítico, a interdisciplinaridade, a globalização, onde a história das mentalidades se esgota e a rapidez com que ocorrem as inovações, a necessidade de internacionalizar os discursos, de se inserir nas problemáticas contemporâneas e renovar as propostas teóricas (ROJAS, 2000, p. 261-272).

Dentro da Nova História Cultural, segundo Vainfas (2011, p. 139-140) existe uma variedade de vertentes dentro desta Escola, como a de Roger Chartier e Carlo Ginzburg, por exemplo, mas também Pierre Bourdieu e Michel Foucault podem ser citados como os principais representantes desta, que vieram a contribuir no desenvolvimento do estudo e compreensão dos usos, das práticas e representações (BURKE, 2005, p. 76-78). Segundo Burke, passa a ocorrer uma “expansão do domínio da ‘cultura’ e à ascensão do que passou a ser conhecido como teoria cultural”. (2005, p.69).

Roger Chartier parte do entendimento de que na Nova História Cultural não nega as ligações com o mental e a longa duração, sendo possível asseverar que a História Cultural seria um outro nome para o que até a década de 1970, do que convencionou-se chamar de história das mentalidades. O autor passa das mentalidades às representações, defende que a “realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações” (PESAVENTO, 2008, p.42) não existindo, portanto, estruturas ou mesmo práticas que não pudessem ser entendidas como representações (CHARTIER, 1991, p. 177). As representações imitariam a realidade social (BURKE, 2005, p. 99) podendo ser entendidas como a “presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento”. (PESAVENTO, 2008, p. 12).

Dentre as transformações e a utilização de novos paradigmas de que se utiliza a Nova História Cultural está também a Micro-História, a qual vem também a se afirmar contrária às mentalidades, na qual estão importantes historiadores que vieram a contribuir com a renovação das abordagens e da teoria desenvolveram uma nova perspectiva, como Carlo Ginzburg “definiu seu conceito de cultura popular tanto pela oposição à cultura letrada, mas ao mesmo tempo, pela relação que mantém com a cultura dominante, filtrada pelos seus próprios interesses e valores” (VAINFAS, 2011, p.140-141). Por outro lado, Giovanni Levi defende que “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados por uma história convencional” (1992, p. 139).

Pierre Bourdieu, embora não fosse historiador, trouxe importantes conceitos para os estudos culturais, entre eles o conceito de campo, habitus, e estratégia (BURKE, 2005, p. 76-78). A teoria mais conhecida produzida por ele foi a de “‘reprodução cultural’ através da qual um grupo pode manter sua liderança na sociedade por meio de um sistema educacional que pode parecer autônomo e imparcial”. (BURKE, 2005, p. 77). Ao falar sobre o “campo de produção cultural”, entende que neste campo é possível observar-se relações de força, como estratégias, interesses, etc. Sendo um campo de relações de força,

ele tem por princípio uma espécie muito particular de capital que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como o capital de reconhecimento ou de consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes ou instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de trabalho e de estratégia específicas. (BOURDIEU, 1990, p.170)

Foucault (1997) destacou o conceito de práticas, segundo ele, o qual estaria ligado ao que nomeou de “microfísica” do poder, de política no seu âmbito micro. Outra abordagem deste autor, diz respeito ao fato que as “práticas discursivas constroem ou constituem os objetos de que se fala” (BURKE, 2005, p. 76). Com as transformações trazidas com a Nova História Cultural, novos conceitos e abordagens, a intensidade provocada pelos novos debates no campo historiográfico, a interdisciplinaridade possibilitou a formulação de nova problemática metodológica e um novo olhar sobre os objetos, a política passa a ser entendida como um produto cultural permeado pelo simbólico.

A Nova História Política e as renovações metodológicas

A Nova História Política, a partir das últimas décadas de 80 do século XX vem se renovando, procurando dar um enfoque diferente daquele da

história política tradicional, na qual se centrava na visão política de estados e de grandes Homens

A renovação surge como uma transformação completa dos enfoques, que segundo José d'Assunção Barros³,

passa a se interessar também pelo 'poder' nas suas outras modalidades, (que incluem também os micro poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra e dos discursos, e assim por diante)(2012, p.6).

Dessa forma, busca também um enfoque no social e representações (FALCON, 1997, p. 79). Para Rémond, a história política é real e se diferencia das outras esferas da existência social, “imprimindo sua marca e influenciando no curso da história” (1994, p. 7).

Para Francisco Falcon, os conceitos de poder e política passaram por um deslocamento, passando a ser entendidos como representações sociais e suas conexões com elas, onde o poder simbólico ganha prioridade. O estudo do político passa então a “compreender a partir daí, não mais apenas política em seu sentido tradicionalmas, em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (1997, p. 76).

Ao aproximar-se da antropologia cultural (BURKE, 2005, p. 97), a História Política desenvolveu o conceito de cultura política, que para René Rémond, “resume a singularidade do comportamento de um povo”, sendo, portanto “poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo” (1996, p. 450). A metodologia utilizada pela História Cultural chega ao conceito de cultura política através da investigação das representações e práticas que cada sociedade desenvolve para interpretar o mundo em que vive (PACHECO, 2008, p. 177). Ela passa a buscar entender como as sociedades buscam ver e viver o processo político, onde os agentes do poder constroem sua legitimidade social através de representações e práticas disseminadas no campo simbólico (PACHECO, 2008, p.178).

Para Pierre Bourdieu, é no campo simbólico, que os sujeitos podem atribuir sentido as relações sociais na qual estão inseridos, ele passa a ser visto como importante espaço de poder social onde se exerce um poder simbólico:

³ <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histoccc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf> acessado em 26/06/2015.

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1998, p.14)

Esse deslocamento nos conceitos também envolveu o papel da cultura como elemento indissociável da relação entre poder e política. Segundo o autor Ricardo de Aguiar Pacheco, “história cultural tem articulado o conceito de cultura como ferramenta analítica das mediações simbólicas estabelecidas entre as estruturas de poder institucional e os diferentes grupos sociais” (2008, p.172). O papel do simbólico no estudo do poder dentro das renovações realizadas no campo da História Política, visa recuperar a “ação política humana no tempo e os sentimentos, emoções, formas de pensar ou idiossincrasias dos agentes” (SÊGA, 2002, p.191).

No âmbito dessas transformações provocadas, o aparecimento de novas problemáticas e proposição de novas abordagens sobre os objetos, permitiu deixar de lado as abordagens da política tradicional, passando a ocorrer um deslocamento do foco para os indivíduos.

A partir desse novo conceito, passam a fazer parte do campo político as manifestações populares, o pensamento das elites e o pensamento dos vencidos, enfim, as ações consideradas fora dos espaços tradicionais de poder, onde a cultura política permite a compreensão de como “diferentes grupos sociais percebem o processo político no qual estão inseridos” (PACHECO, 2008, p.174). No entanto, para compreender melhor sobre as diferentes condições desses diferentes grupos sociais, se utilizará dois conceitos que auxiliarão a entender melhor os elementos, as variáveis que podem vir a influir sobre esta percepção.

O primeiro se refere ao fato de que a percepção dos diferentes grupos sobre suas realidades passa a ser uma construção que sofre influência de diversos aspectos que podem ser materiais ou mentais, portanto, para Ciro Flamarion Cardoso, “nenhuma ação individual ou coletiva poderia exercer-se sem estar referida ao mesmo tempo a um projeto, ou uma ideologia, (...) que tenha curso na sociedade de eu se trate” (CARDOSO, 2005, p. 154).

Um segundo aspecto que pode ser considerado como possível de influenciar as ações de um indivíduo ou de um grupo pode ser entendida a partir de Koselleck, desde que entendida como não sendo qualquer tipo de determinismo, segundo ele, sempre existirá um determinado grau de influências meta-históricas sobre os indivíduos, sobre os pensamentos, portanto sobre a

história (KOSELLECK, 2014, p. 73-93).

A partir destas duas percepções complementares, é preciso levar em consideração que estes indivíduos e grupos sociais atribuem significado aos elementos da cultura política de acordo com seus interesses pessoais, estando sujeita à apropriação e significação para que ganhe sentido de acordo com os interesses, portanto não deve ser interpretada de uma única forma (PACHECO, 2008, p. 174-175).

De acordo com esses conceitos é possível pensar que os discursos desenvolvidos a partir do campo simbólico devem ser entendidos não como verdades inquestionáveis, mas sim como um meio limitado de comunicar-se, por meio de regras de comunicação, uma gama de conceitos que permite aos pertencentes a determinada comunidade, comunicarem-se.

O poder e as relações estabelecidas a partir deste, assim como o próprio conceito de cultura política, passam a ser percebidos enquanto prática cultural, sem que haja uma necessidade de restringir como pertencente a este ou aquele conceito, deve ser vista como intermediador entre representações e prática sociais da esfera política (PACHECO, 2008, p.183).

No âmbito das renovações da Nova História Cultural e da Nova História Política, na qual o foco se direciona para as representações, o simbólico, o cultural e social, se voltam para a abordagem da micro-história (SÊGA, 2002, p. 190-191). Esta abordagem micro tem ganhado força com a globalização, como forma de resistência das comunidades locais (DIEHL, 2006, p.391).

Para José d'Assunção Barros, a Micro-História com sua proposta de uma descrição densa, se propõe a uma redução da escala de observação para realizar a compreensão de uma situação que de outro modo passaria despercebido pelo historiador. A busca pelo entendimento das relações entre os indivíduos para então compreender como se dá por estes a construção do mundo social, ela pode estudar desde a biografia de um sujeito (2007, p.169), como pode se direcionar para o estudo das relações sociais dentro de um grupo ou localidade. Segundo Roger Chartier,

cada micro história pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que se opõem (CHARTIER, 2002, p. 84).

Carlo Guinzburg influenciado pela interpretação antropológica do conceito de cultura, a qual segundo Clifford Geertz,

consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas umas às outras como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém. (1999, p. 23)

Passa a pensar em termos de uma cultura popular e outra erudita, onde haveria o que Bakhtin (1985) chama de uma “circularidade cultural”, ou seja, passaria a ocorrer um diálogo entre esses dois âmbitos de diversas maneiras. No estudo das fontes, se destaca a contribuição relevante de Guinzburg através do Paradigma Indiciário, que consiste na investigação intensiva da fonte, prestando atenção a todos os detalhes que possam auxiliar o historiador a compreender as relações sociais, as pressões, as divergências, a formação de redes e as negociações (GINZBURG, 1991, p.143-179).

As metodologias da Micro-História, juntamente com as transformações a partir da década de 1970, com a Nova História Cultural e da Nova História Política, possibilitando uma ampliação das fontes e novas abordagens passa a ocorrer um retorno da narrativa. Esse retorno se dá com mais ênfase a partir dos anos oitenta, onde a narrativa volta a fazer parte das discussões históricas, essa ideia de um retorno partiu do historiador Lawrence Stone, em seu artigo *The revival of narrative* (STONE, 1991, p. 13-46).

A epistolografia e as narrativas de si.

Uma nova amplitude de abordagens pode ser feitas a partir destas renovações teóricas, principalmente no estudo das cartas enquanto narrativas de si, onde o simbólico, a subjetividade estão muito presentes, as relações de poder e a questão política pensada pelos agentes históricos enquanto representações do social e de sua sociedade, possibilita estabelecer novos problemas sobre a questão teórica que envolve a epistolografia, ou o chamado pacto epistolar: “receber, ler, responder e guardar cartas” (GOMES, 2004, p.19).

Para Ângela de Castro Gomes, a partir da narrativa da escrita de si o que passa a importar são as visões adotadas pelo autor, e como ele as expressa. O interesse esta em compreender o documento não como algo que “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (2004, p.15)

Entendidas como narrativas de um sujeito, as cartas podem ser compreendidas como “marcas do passado” (RICOEUR, 1998, p.334). Estas novas propostas teóricas permitem desvendar a trama das relações de poder

social e familiar, o estabelecimento de redes (LANDÉ, 1977), as negociações, os sujeitos envolvidos, as subjetividades de quem as escreve.

Os estudos sobre cartas vêm aumentando, "desde a última década e meia, assiste-se ao crescimento do interesse e da bibliografia historiográfica, dedicada ao estudo das cartas e correspondências" (SALOMON, 2010, p.1-2). Para o autor Roger Chartier, ao falar sobre cartas enquanto práticas e representações dentro da Nova História Cultural assevera que,

Numa História Cultural redefinida como o lugar no qual se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, mantendo a tensão entre o segredo e a sociabilidade, a carta, melhor do que qualquer outra expressão associa o lugar social e a subjetividade. (CHARTIER, 1991, p.9).

O gesto epistolar enquanto práticas e representações, ainda que sejam segundo Le Goff "um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (2003, p.536), são determinadas pela ação do indivíduo, o qual ocupa processo central no processo histórico. Entendido como agente histórico, o indivíduo é o "resultado de uma ampla e diversa rede fatorial de circunstâncias históricas prévias, em cujo contexto emerge a forma de se relacionar consigo (...) como produto de suas ações acumuladas no tempo e no espaço" (MARTINS, 2002, p.2).

As ações produzidas pelo indivíduo no tempo e espaço constituem experiências vividas, essas experiências são inseridas no âmbito da história, a partir do qual o legado se transforma em tradição, memória e narrativa.

A narrativa, diferente da proposta por Hyden White onde a historiografia vista como literatura (RÜSEN, 2010, p.98), é constituída por consciência histórica e ligada à memória, é portadora do elemento persuasivo (MARTINS, 2002, p.17). É através da narrativa que o agente histórico se vale das lembranças e da memória para significar e orientar as experiências no tempo, mesmo que influenciado pelo tempo presente, constitui-se como elo que une o presente ao passado e ao futuro, portanto formulador de uma identidade do sujeito. (RÜSEN, 2010, p.63-67).

As cartas enquanto fonte para história, constituídas por meio de narrativas de si, estabelecem ligação com a memória, atribuição de temporalidade e a presença de elementos argumentativos que a tornam acreditável (MARTINS, 2010, p.94-107), podendo ser entendidas como processo de criação, onde a identidade do sujeito e do grupo ao qual pertence. Por meio de uma "confidência" notada nas correspondências pessoais, Bourdieu assevera que elas são "utilizadas em espaços íntimos, familiares e

protegidos, possibilitando a existência de uma troca de experiências fragmentadas e despreocupadas com qualquer encadeamento histórico”. (BOURDIEU, 1996, p. 82)

Envolvem representação das relações simbólicas de poder entre emissor e receptor, possibilitam “compreender as condições socioeconômicas e acultura de uma época” (LOPES, 2012, p.320) principalmente se pensadas através da redução da escala de análise proposta pela abordagem micro-histórica. Passaram, portanto, a constituir um importante elemento para compreensão de análise das relações sociais de poder e cultura do indivíduo enquanto itens presentes na construção das narrativas.

Considerações finais

A partir do que até o presente momento foi tratado neste trabalho, as reflexões tiveram por objetivo uma melhor compreensão do processo de transformação que permitiu a utilização de novas fontes. A relevância desta ampliação reside justamente no que diz respeito ao fato de permitir com que trabalhemos com cartas do general João Nunes da Silva Tavares entre os anos de 1892 a 1895, permitindo não apenas pensar, mas também construir uma problemática que possibilite estabelecer uma organização metodológica para trabalhar com fontes epistolográficas.

As discussões historiográficas que ao longo do tempo permitiram a renovação dos paradigmas, a ampliação das fontes já era uma reivindicação de diversos historiadores ao longo do século XIX e ao longo do século XX se aperfeiçoa.

As renovações nos paradigmas historiográficos trazidos pela Escola dos Annales através de suas diversas gerações na busca de um rompimento com as metodologias metódicas, rompendo com a história política tradicional e afirmando a importância da economia e da sociologia para produção do conhecimento histórico.

No entanto é a partir da década de 1980 que as transformações da Nova História Cultural, uma interdisciplinaridade e aproximação da sociologia e antropologia vão impulsionar as transformações da Nova História Política, mudando as perspectivas e os enfoques, passando a encampar o campo cultural e simbólico ao político.

Essas transformações trouxeram novas perspectivas para o estudo do sujeito histórico, passa a se desenvolver uma análise micro-histórica, a partir da

redução da escala de análise, propondo um estudo do sujeito em suas redes sociais e de poder em nível local e regional, ou seja, que possa valorizar o indivíduo e sua relação com o coletivo.

Nesse sentido como vimos, o estudo de cartas ganha relevância para o estudo micro-histórico, como sendo narrativas portadoras de práticas e representações, capazes de expressar relações simbólicas de poder. Os agentes históricos como portadores de experiências vividas, por meio da memória, são capazes de construir narrativas e atribui sentidos formulando sua identidade e do seu grupo social.

Enfim, embora este artigo não tenha a pretensão de encerrar qualquer debate ou crítica, procurou-se ao compreender as transformações por que passaram a ciência histórica. A partir da renovação dos paradigmas e a mudança dos enfoques como relevantes para o entendimento de como o estudo de cartas e sua relação com a narrativa histórica passaram a constituir um importante elemento para compreensão das relações sociais de poder presente nas expressões culturais e políticas, enquanto elementos provocadores de investigação e produção de conhecimento em história.

Referências

ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808-1884). In: MARTINS, Estevão de Resende (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.31-46.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da Micro-História. **OPSIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (orgs.) **A construção da História como consciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias**. Lousã (Portugal): Publicações Europa-América, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que História convirá ao século 21. In: **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CARNEIRO, L. P.; KUCHNIR, K. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.13, n.24, 1999, p.227-250.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. v. 5, n. 11, 1991, p.173-191.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Diel, 1990.
- DIEHL, Astor. Teoria Historiográfica: diálogos entre tradição e inovação. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, jul./dez. 2006.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**. São Paulo: UNESP, 2001, p.173-194.
- DUARTE, Luiz Sérgio. Karl Lamprecht (1856-1915). In: MARTINS, Estevão de Resende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015, p. 123-132.
- FALCON, Francisco. História e poder. In. CARDOS, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.61-90.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FERNANDES, Cassio da Silva. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: MARTINS, Estevão de Resende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.166-186.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, Escrita da História**: a título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014, p.9-22.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e História. In: **Estratos do tempo**: estudos sobre história; tradução MarkusHediger. - 1.ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 73-93.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. In: SCHIMIDT, S.W. et. al. (eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1992.

LEVI, Giovanni. Sobre amicro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992, p.133-161.

LOPES, Fábio Henrique. Fontes Históricas: desafios, propostas e debates. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n.10, p.315-322, dez.2012.

MARTINS, Estevão de Resende. O Conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: COSTA, Cléria, B. da (org). **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002, p.12-26.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. História Cultural e práticas sociais. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos da história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.p.174

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. SP: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos da história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2003.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Os Annales e a historiografia francesa**. Tradições críticas de Marc Bloch e Michel Foucault. Maringá: EDUEM, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Resende Martins – Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

MARTINS, Estevão(org). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SALOMON, Marlon. **Arquivologia das correspondências**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.1-2.

SÊGA, Rafael Augustos. História e Política. In: **História: questões e debates**, ano 19, n.37. Dossiê Instituições e Poder no Medievo. Curitiba: UFPR, jul./dez. 2002, p.183-195.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Domínios da história**. SP: Campus, 2011, p.117-154.

Abstract: This study searches to comprehend and discuss the evolution of source concept by theoretical-methodological magnification occurred at Annales School, focusing mainly on transformation that took place after 1980, when New Cultural History and historiographic innovations emerged, of which one is New Political History. Many aspects are discussed, including theoretical approaches developed by historiography to understand how letter usage as historical source gained important ground and how it is seen by recent historiography. Therefore, we searched to insert letter studies in a broader transformation context that guide how historians approach these sources.

Keywords: Historical sources, New Political History, Letters.
